

# **Identities negras em terras catarinas: mulheres negras, organização social e educação**

*Ivan Costa Lima\**

## **Resumo**

As discussões sobre a organização e identidade negra no sul do país integram a tese de doutorado defendida no programa de pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, na linha de pesquisa movimentos sociais, educação popular e escola. O tema central da tese foi reconstituir o processo de constituição de pedagogias formuladas pelo movimento negro no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro e Florianópolis. Para tanto, discutiu-se a constituição do Movimento Negro como pano de fundo necessário ao processo que leva à constituição das propostas pedagógicas em cada um destes estados, buscando-se contextualizar que a educação está atravessada por injunções históricas, políticas e sociais, o que levou a necessidade em compreender o *locus*, que engendrou a constituição das proposições pedagógicas. A partir disso, o foco deste artigo é apresentar parte da estrutura organizativa do movimento negro catarinense com especial atenção a duas conexões: o movimento de mulheres negras e o debate da identidade negra ao sul do país, numa região que tem como característica uma imagem unicamente vinculada aos descendentes de europeus, gerando relações

assimétricas no que se refere à população de origem africana. Esses diferentes enfoques dos negros/as catarinenses serviu de referência para a proposição da pedagogia multirracial e popular apresentada pelo Núcleo de Estudos Negros (NEN). A pesquisa teve como referencial teórico-metodológico uma perspectiva sócio-histórica, considerando os sujeitos, suas origens e as relações sociais que se estabeleceram nas trajetórias de vida militante e intelectual. Esta visão histórica foi combinada com o uso da História Oral temática, como possibilidade de aprofundar os significados do universo cultural e político dos integrantes deste movimento e seus reflexos nas políticas educacionais no Brasil.

**Palavras-chave:** Movimento negro catarinense. Identidade negra. Negro e educação

## **Introdução**

As discussões aqui apresentadas integram a tese de doutorado defendida no programa de pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, na linha de pesquisa “Movimentos sociais, educação popular e escola”. O tema central da tese foi reconstituir o processo de constituição de pedagogias formuladas pelo movimento negro no Brasil, nas cidades do Rio de Janeiro e Florianópolis. Para tanto, discutiu-se a constituição do Movimento Negro como pano de fundo necessário ao processo que leva à constituição das propostas pedagógicas em cada um destes estados, buscando-se contextualizar que a educação está atravessada por injunções históricas, políticas e sociais, o que levou à necessidade em compreender o *locus*, que engendrou a constituição das proposições pedagógicas produzidas pelo Movimento Negro. As investigações recuperaram as *práxis* pedagógicas desenvolvidas por diferentes pessoas e organizações negras no Brasil, que vai do final da década de 70, do século XX, ao início do XXI. Primeiramente, o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB) e a Pedagogia Interétnica (PI), em Salvador (BA), apresentada como dissertação de mestrado, no Programa de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2004. A

segunda, a Pedagogia Multirracial desenvolvida por Maria José Lopes da Silva (SILVA, 2002) e um grupo de educadoras no Rio de Janeiro, na década de 80. Em seguida, o desdobramento e novas abordagens desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Negros (NEN) de Florianópolis, com a Pedagogia Multirracial e Popular, no início de 2000, tese defendida em 2009.

O propósito deste texto estrutura-se na reconstituição das diferentes trajetórias do MN catarinense e como essa mobilização produz diferentes interseções, notadamente, com especial atenção a duas conexões: o movimento de mulheres negras e o debate da identidade negra ao sul do país, numa região que tem como característica uma imagem unicamente vinculada aos descendentes de europeus, gerando relações assimétricas no que se refere à população de origem africana. A compreensão dessas dinâmicas identitárias, no sul do país, contribui para compreender como tais elementos se articulam na trajetória de constituição de uma proposta pedagógica, construída por uma dada organização desse movimento social. Esses diferentes enfoques dos negros/as catarinenses serviu de referência para a proposição da pedagogia multirracial e popular apresentada pelo Núcleo de Estudos Negros (NEN).

Para isso, tem-se como base entrevistas semiestruturadas junto aos integrantes do MN, e da análise dos documentos produzidos sobre os temas abordados. A pesquisa teve como referencial teórico-metodológico uma perspectiva sócio-histórica (FENELON, 2000), considerando os sujeitos, suas origens e as relações sociais, que se estabeleceram em cada uma de suas trajetórias. Essa visão histórica foi combinada com o uso da História Oral temática (MEIHY, 2002), como possibilidade de aprofundar os significados do universo cultural e político dos integrantes desse movimento e seus reflexos nas políticas educacionais no Brasil.

A partir do ressurgimento das organizações do Movimento Negro no Brasil, tendo como marco a década de 70, considera-se a educação como uma das políticas públicas indispensáveis para a organização dos setores marginalizados. Foi com essa concepção que o Movimento Negro buscou na sua trajetória construir e desenvolver

propostas pedagógicas, no sentido de modificar o espaço da educação (LIMA, 2009). A perspectiva almejada aqui é demonstrar que, em sua trajetória de constituição, a população negra em Santa Catarina, independente do silêncio histórico contribuiu em suas diferentes formas de organização com o desenvolvimento do estado e na consolidação de uma identidade específica, confrontando-se com aquela valorizada em Santa Catarina, chegando à formulação de uma proposta pedagógica para a educação.

Para discutir a temática em foco entrevistamos diversos ativistas do movimento negro catarinense, no ano de 2005 e 2006, a saber: Jeruse Romão, ex-integrante e fundadora do NEN; Valmir Ari Brito, do grupo de capoeira Ajagunã de Palmares; Vanda Pinedo, do Movimento Negro Unificado; Márcio de Souza, vereador e ativista negro, fundador do NEN; Márcia Pereira, microempresária, ex-integrante do Grupo de União e Consciência Negra; e do movimento de mulheres negras Arilda Cerqueira e Vera Fermiano. Posteriormente, para compreender os caminhos que levam à formulação da pedagogia multirracial e popular, em consequência dos processos organizativos em Santa Catarina, dialogamos com os integrantes do programa de educação do NEN: Joana dos Passos, José Nilton, Adilton de Paula, e o ex-coordenador geral João Carlos Nogueira.

### **Notas sobre População e Movimento Negro em Santa Catarina**

Os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o Paraná configuram a região sul do Brasil. Santa Catarina apresenta uma área de 95.285,1 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 16,5% da área desta região e 1,12% da área total do país. Este estado, segundo os dados do IBGE (2000), apresenta uma população de 5.349.580 habitantes, distribuída em 293 municípios, subdividida nas, assim chamadas, mesoregiões<sup>1</sup>. Estas têm por denominação: Norte Catarinense, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis, Sul do Estado, Oeste e Serrana, com cidades que funcionam como polos, respectivamente, a saber: Joinville, Blumenau,

Florianópolis, Criciúma, Chapecó e Lages.

Na sua constituição econômica o estado, assim como todo o sul do Brasil, foi influenciado pelo modelo de desenvolvimento, baseado no financiamento da imigração europeia, como decisão política implementada pelo governo brasileiro, por conta de um processo de múltiplas garantias materiais e como um projeto moralizador da sociedade brasileira. O resultado desse maciço processo de imigração, com o objetivo, dentre outros, de embranquecer a população, se reflete na divisão étnica de forma indistintamente inconfundível no estado. Esta ideologia racial torna-se um poderoso componente seletivo no mercado de trabalho, nos setores estratégicos de acesso ao conhecimento como educação e cultura. Com isso, a imigração ocorre apoiada sobre a renovação da população, ao mesmo tempo em que desqualifica socialmente o trabalhador negro (GOMES; CUNHA JÚNIOR, 2008).

A população negra em Santa Catarina representa aproximadamente 11,7%, segundo dados do IBGE (2000), conformando cerca de 600 mil habitantes. Os milhares de negros dispersos nos municípios sempre se organizaram, seja para manter seus aspectos culturais, sociais e religiosos, ou para protestar e reivindicar seu legítimo espaço na história catarinense (BRANCHER, 2004; TRAMONTE, 2001; SILVA, 2003; NEN, 2002; LEITE, 1996).

No levantamento que realizamos, encontram-se em todas as regiões do estado marcas da presença negra, de sua organização em vários momentos da história de Santa Catarina. Têm-se, nas respectivas mesoregiões, algumas das seguintes entidades: *Norte Catarinense*: Kênia Clube (1960), Grupo Unitivo do Negro Catarinense (?), Agentes de Pastorais Negros - APNS (1983), Grupo Consciência Negra de Joinville (1986); *Vale do Itajaí*: União Catarinense dos Homens de Cor - UCHC (1962); Agentes de Pastorais Negros; *Sul do Estado*: Sociedade Recreativa União Operária (1937); Agentes de Pastorais Negros de Criciúma (1983); Associação de Etnia Negra (1989); Grupo Étnico Iakekere (1993); Anarquistas Contra o Racismo (1993); Entidade Negra Bastiana (1993); Pastoral Afro-Brasileira de Tubarão (?); Movimento Cultural de Conscientização Negra Tubaronense

(1997); Clube de Regata Cruz e Sousa (1920); Humaitá Futebol Clube (1920); Sociedade Recreativa São Sebastião Lucas (1952); Movimento Negro Tio Marco (1990); *Oeste*: Pastoral do Negro de Chapecó (?); *Serrana Catarinense*: Centro Cívico Cruz e Souza (1918); Agentes de Pastorais Negros de Lages (1986), entre outras.

Evidentemente que essas organizações foram aquelas que conseguiram levantar algum tipo de informação, percorrendo o que há registrado nos documentos do Movimento Negro ou da imprensa. Infiro que há outras tantas espalhadas pelo território catarinense, portanto, faz-se necessário um mergulho mais profundo nos arquivos espalhados por todo estado de Santa Catarina. Porém, este panorama aqui traçado já evidencia o importante impacto da população negra e como a invisibilidade tem sido um elemento que marca o processo de silenciamento e invisibilidade dessa presença, que minimamente pretendo trazer à tona com este trabalho (LEITE, 1996).

A mesoregião Grande Florianópolis concentra na capital a maior parte de organizações do MN, num fluxo dos movimentos identitários que sacodem a sociedade brasileira, a partir da década de 80. Porém, antes tem-se o registro da Irmandade Nossa Senhora do Rosário (1840-?), assim como de clubes sociais, escolas de samba e terreiros (TRAMONTE, 2001; SILVA, 2003). No início da referida década, surge a Sociedade Cultural Antonieta de Barros, para denunciar a opressão do negro em Florianópolis. Apesar de seu curto período de existência, este grupo registra a realização do primeiro ato de rua na capital catarinense, denunciando as péssimas condições de vida da população negra, a violência policial e a exclusão escolar, em pleno período de repressão (LIMA, 2009).

O debate sobre a condição da população negra em Santa Catarina passa, posteriormente, a ser refletida da maneira mais ampla no interior de um novo grupo, o União e Consciência Negra, do qual fiz parte, e que reunia um conjunto de alunos universitários e agentes comunitários, com uma forte influência dos religiosos católicos.

De maneira geral, podem-se relacionar os seguintes grupos, que de uma maneira ou de outra contribuíram e, alguns ainda contribuem, para a superação da discriminação racial (SCHERER-WARREN, 1996):

Núcleo de Estudos Negros (NEN), Fundação Cruz e Souza, Bloco Jamaica, Grupo Resistência, Movimento Negro Unificado (MNU), Bloco Liberdade, União de Negros Pela Igualdade (UNEGRO), Grupo de Mulheres Negras Cor de Nação, União Brasileira dos Homens de Cor, Grupo de Capoeira Ajagunã de Palmares, entre outros.

Devo evidenciar a existência de dois processos importantes e interdependentes entre si, na história das organizações negras no estado, um em que a partir da fundação de grupos e associações culturais e recreativas, tem sentido como uma ação política, pois tais agremiações buscavam o reconhecimento social e identitário de origem africana, trabalhando no campo da representação da existência como membros de uma sociedade, pela valorização de uma cultura, num estado cujo imaginário tem sido de matriz europeia. O outro processo, pelo advento de grupos que visualizam, no plano da política institucional, da ação partidária, sindical e não governamental como uma intervenção de fundo reivindicatório explícito pela cidadania negra ao sul do país, como é o caso da organização de mulheres negras. Tais processos atravessam as experiências sociais, culturais, pessoais e políticas que contribuem na formulação de propostas para a educação catarinense (LIMA, 2009).

### **O movimento de mulheres negras em Florianópolis**

Na trajetória daquelas e tantas outras entidades negras no estado, deve-se ressaltar, sobremaneira, o papel protagonista das mulheres negras, que, na maioria das vezes, estão à frente do processo organizativo do movimento negro catarinense, em diferentes tempos e lugares.

O que há sistematizado indica que a década de 90 marca a organização das mulheres negras em Santa Catarina, que buscam trazer para o debate as especificidades de suas lutas, a partir de formas organizativas mais orgânicas e influenciadas por processos mais gerais da luta feminista. É o caso do Grupo de Mulheres Negras Cor de Nação, fundado em 03 de março de 1991, objetiva “combater e agir diante de toda e qualquer forma de discriminação.

Estudar, orientar e divulgar a cultura afro-brasileira, além de garantir espaços a nível profissional, econômico e social às mulheres negras” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 69).

Segundo relata Vera Fermiano, o grupo de mulheres Cor de Nação surge como consequência em problematizar a especificidade da mulher negra, a partir de uma trajetória política em que a ideia de organização se fazia necessária no estado:

E enquanto gênero e raça eu fui convidada pra ir a uma reunião para fazer o II Encontro Nacional de Mulheres Negras, que ainda tava assim numa organização, bem eu diria assim inicial, bem calouro, porque também era reconstrução, já tinha tido um I Encontro em 88, em Bertioga [...] E a gente foi chamada pra ir nesse evento e quando eu volto desse evento, eu já volto como coordenação nacional para a organização do II Encontro Nacional de Mulheres Negras e quando eu volto começo um processo de formação, aí conversei com Valdionira, com Marilú, Arilda, eu já conhecia da relação com a Clair, também sempre na questão da mulher negra, sempre com uma visão, e formamos o Grupo de Mulheres Negras Cor de Nação, que se propôs a ser um grupo de ação, atuante, político e para construir políticas públicas na questão racial e, mas especificamente na questão de gênero e raça. (FERMIANO, VERA LÚCIA, 2006).

Para Vera Fermiano, além da proximidade com o espaço partidário, o que dá embasamento à estruturação do Grupo de Mulheres são as referências teóricas do feminismo negro, mas também da trajetória de vida das mulheres que cruzam o seu cotidiano. Para essa colaboradora o Grupo de Mulheres teve como preocupação obter informações a respeito da inserção no mercado de trabalho em Santa Catarina, justamente pela falta de qualquer levantamento sobre isso.

Outra participante do grupo de mulheres, Arilda Cerqueira, indicou que no momento de se estruturar havia uma forte percepção em discutir o papel das mulheres dentro do movimento negro, haja vista a forte marca do machismo:

Eu me lembro que na época a gente discutia era tudo ligado a gênero, sempre discutindo qual o papel das

mulheres negras no movimento negro, porque naquela época a gente já entendia que nós não tínhamos o respeito dentro do Movimento Negro, que ainda na época a maioria era homens, que hoje já não é mais, mudou bastante, mas as dificuldades que a gente tinha de está marcando nossas diferenças dentro do MN, que ainda não tinha esse recorte de gênero. Então a gente pensava MN, pensava homens, mulheres e a gente tinha a preocupação de tá discutindo isso, nós somos mulheres que fizemos a diferença dentro do MN, porque éramos nós, carregávamos o piano, o rolinho do anel, aquelas coisas todas, nós é que armávamos o circo, mas, na hora, os apresentadores eram os homens, nós discutíamos necessariamente isto [...] (CERQUEIRA, ARILDA NANCI, 2006).

Comentou que no seu processo de organização, o grupo de mulheres Cor de Nação contou com vários apoios, dentre eles, de uma vereadora da cidade, que possibilita o processo de reunião e discussão.

Vale à pena registrar que as duas colaboradas lembraram que, antes do advento do Grupo de Mulheres Cor de Nação, outras mulheres, de uma geração anterior a elas, começaram a se encontrar para debater algumas questões sobre as mulheres, se bem que ainda com uma preocupação tão politizada do papel da mulher, mas que teve sua importância em encorajar novos tipos de organização de mulheres negras.

Ainda olhando a organização das mulheres negras no estado Vera e Arilda chamaram a atenção que no início dos anos 2000 se rearticula um fórum específico de mulheres com uma preocupação em ocupar os espaços políticos abertos a partir da inserção dessas mulheres em diferentes siglas partidárias.

Arilda Cerqueira lembrou que as principais entidades articuladoras do Fórum e que pretendiam criar uma frente ampla e fortalecida para ocupação da mulher negra nos espaços de poder: “na verdade era um eixo mais idealista, era fortalecer as entidades do MN, as mulheres que pertenciam às entidades, dentro dos espaços políticos de poder”.

Neste caminho, do Movimento Negro em trilhar espaços dentro

das instituições estaduais, para o debate de ações específicas direcionadas à população negra, foi instituída pela Lei 13.075, de 29 de julho de 2004, o Programa Antonieta e Barros. Proposto a partir da articulação do Fórum de Mulheres Negras de Florianópolis, contou com a égide da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. O papel do Programa é inserir jovens socialmente excluídos ou em situação de risco social por sua condição étnica, vulnerabilidade na localidade de moradia, gênero ou por ser portador de necessidades especiais. Considerada como uma ação afirmativa assumida pelo poder legislativo teve como justificativa diferentes acordos internacionais, como se pode ver no *site* da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

### **Identidade Negra em terras catarinas**

No estado de Santa Catarina me interessei também por indagar aos colaboradores da tese como se elaborou para cada um deles/as o processo de identidade negra, num estado onde essa população tem como marca a invisibilidade. Ao mesmo tempo, como essa identidade assumida contribuiu para reforçar a luta antirracista e por direitos sociais dos negros/as neste lado do país. Que processos moldam seus ativistas? Por uma questão temporal tive que reduzir o número de depoimentos sobre este tema, definindo como critério o depoimento dos militantes nascidos em Santa Catarina, neste caso: Jeruse Romão, João Carlos Nogueira, Arilda Cerqueira, Vera Fermiano, Joana dos Passos e Valmir Brito.

Cada um dos depoentes reportou que a família é a grande depositária de uma consciência racial em Santa Catarina, mesmo que neste âmbito não houvesse uma discussão política sobre o tema das relações raciais. No entanto, elas se davam no campo do embate social, da necessidade de uma afirmação do ser diverso numa sociedade em que marcadamente se valoriza a história europeia e de seus descendentes.

Para Jeruse Romão, essa identidade racial está combinada com outros elementos tanto internos quanto externos à família:

Eu tenho, eu costumo dizer que, eu tenho compreensão da minha identidade racial mais evidente, mais individual e não coletiva [...] eu faço parte de uma família negra, de uma comunidade negra, que eu sempre tive consciência disso. Mas a minha individual deslocada do contexto político, a partir dos nove anos de idade, mais ou menos, 10 anos de idade, quando eu vejo o filme do Poitier<sup>2</sup> na televisão, numa sessão da tarde. Aquilo me impactou muito assim, eu tenho sempre isso como referência, do primeiro momento em que me senti motivada a pensar alguma coisa sem desprender qualquer coisa da minha identidade negra. Porque, além dele ser muito bonito, a história que ele conduzia era da educação, que era uma coisa que chamava muito minha atenção, ele fazia um papel muito positivo, então eu me lembro que fiquei muito impactada com essa aglutinação de informações. (ROMÃO, JERUSE, 2006).

Em seu depoimento fez referência aos pais, cuja preocupação era preparar os familiares para os enfrentamentos de uma sociedade discriminatória, para ela, foi um elemento fundamental a um processo de interação da consciência racial com ativismo político.

Para outro colaborador, este intercruzamento família e comunidade, da qual se vive ajuda a forjar essa identidade, particularmente num espaço de maioria de descendentes de europeus, como é seu caso, assim salientou João Carlos Nogueira:

Acho que eu cada vez que olho a minha trajetória vou identificando momentos fortes, que é justamente nas tuas subjetividades... Eu nasci numa cidade, numa comunidade, essencialmente de alemães e o fato de eu ter sido um garoto, um menino que me destaquei naquelas áreas que em geral não são muito, são muito caras sempre aos jovens negros... que é no ensino, na educação e na vida social, eu tive uma vida social forte em Ituporanga, justamente junto com este agrupamento forte de alemães, só que aí você começa a perceber o que nós chamamos do que é o racismo, então a minha identidade racial do ponto de vista de me encontrar como negro lá vem da minha família, que em casa tinha isso muito forte por conta do conflito que eu tenho uma história de antepassados que eu conheci todos, quer dizer conhecer minha tataravó, bisavó, avó, mãe, então isso foi formando um caminho do qual eu tenho certeza que até porque minha tranquilidade

depois de me compreender como negro militante foi ancorado justamente naquilo que eu sinto mais forte, que foi justamente o momento, provavelmente ali entre os meus 13 até 18 anos foi um momento muito importante de afirmação que você tinha, hoje eu tenho muita clareza, hoje que foi muito mais isso do que o conhecimento intelectual que eu passei a ter nos anos 80... (NOGUEIRA, JOÃO CARLOS, 2006).

Na mesma proporção para Arilda Cerqueira a afirmação da identidade de ser negro em Santa Catarina, tem um forte significado pela família, muito particularmente pelo seu pai, cuja referência é a cultura baiana.

Eu acho que foi meu pai, meu pai é baiano, participou de vários processos políticos conturbados na marinha, não era fácil, tu sabes que negros entravam na marinha por um caminho tortuoso, meu pai tinha plena noção de quem ele era, inclusive de identidade negra. Eu me lembro do meu pai dizendo 'Vocês são crianças negras mais lindas que conheço no mundo', eu não ouvia os outros pais dizerem isso... ele tinha aquela noção de como a gente era negros, a gente tinha que ser os mais limpinhos do colégio, os mais inteligentes, os mais estudiosos, enfim, tem a postura que todo branco exige de negro... Então eu acho que essa minha noção de identidade vem do meu pai, assim de livros, das diferenças que ele dizia, não, cabelo é assim, esse cabelo tem que ser tratado de forma diferente, ele não pode ser alisado, ele não pode ser isso, ele pode ser aquilo, esse é o cabelo que você tem porque tem um pai negro e uma mãe que é índio e negro, então é esse seu cabelo, eu acho que foi mais pelo meu pai, pela preocupação que ele tinha de fazer nós estudarmos, ele dizia: 'olha, negros neste país é um complicador, viver como negros neste país, então tem que estudar porque mesmo estudando continua sendo difícil, mas não vai ser tão difícil, pelo menos da gente compreender do que tá se passando pela gente', então a minha identidade eu devo ao meu pai... (CERQUEIRA, ARILDA NANCI, 2006).

Fica evidente que a identidade negra vincula-se fortemente à ideia de um reforço na construção de uma autoestima positiva, como enfrentamento a uma realidade adversa, esta percepção foi ressaltada pelo depoimento de Vera Lúcia Fermiano:

Olha, eu vejo isso como construção da minha família e assim sempre muito preocupada com essa coisa de eu não ser excluída. Meu pai era tipógrafo, funcionário da universidade e a minha mãe era doméstica, os dois sempre trabalharam, e o meu pai também pegou um pouco aqueles anos da ditadura, e como ele era gráfico, ele sofreu alguma repressão, então ele perdeu trabalho, as gráficas onde ele trabalhou foram invadidas, tudo quebrado, ele teve que passar um tempo fora, mas sempre teve uma construção da pessoa e da cidadania na minha casa, assim da minha mãe e do meu pai sempre me dizendo tu és linda, tu és inteligente, e como meu pai também vivia sempre cercado de professores universitários sempre teve este estímulo assim, a Vera que vai ser a nossa professora um dia, então todos os livros assim, o primeiro que saía quentinho já vinha da universidade com uma dedicatória, muita força e muita garra pra combater o racismo, sem saber que era racismo. Por exemplo, eu sofri uma coisa aos dez anos aqui no grupo escolar Lauro Muller, a professora pediu pra fazer aquelas redações, o que é que acho da minha professora, e eu com dez anos fiz uma redação dizendo o quanto eu não gostava dela, o quanto eu me sentia humilhada, o quanto eu me sentia maltratada, o quanto eu me sentia discriminada, sem saber que era discriminação, a palavra [...] (FERMIANO, VERA LÚCIA, 2006).

Por este viés de apoio familiar, Valmir Brito, apontou que, além da necessidade em afirmar uma identidade negra havia o desafio de se pertencer à periferia, no caso deste morador de morro.

A identidade negra nasceu em casa, dentro de casa, com meu pai e a minha mãe, eles tinham isso muito forte, tanto é que, pelo lado da minha mãe, não existe relacionamentos, casamento interracial, não tem. Meu pai dizia assim, sempre nos educou assim, se houver algum problema na escola, se forem ofendidos, se forem vocês respondam à altura, partam para as vias de fato mesmo, agridam, não deixem porque o pai vai lá e depois resolve sempre, sempre, o meu pai e a minha mãe sempre dando ênfase a isso, vocês são negros não deixem que ninguém ofenda, se ofender, chamar de macaco, se chamar de alguma coisa vocês reajam e agridam mesmo, não aquele momento não havia muito dessa questão de dialogar não. Era, fui nascido e criado em morro, nós já tínhamos este estereótipos de ser de morro [...] (BRITO, VALMIR ARI, 2006).

Em sua trajetória ressalta-se uma passagem em que a convivência com diferentes pertencimentos raciais estabeleceu alguns conflitos, superados por conta do domínio do esporte.

No depoimento de Joana dos Passos viu-se a importância da família como amortizadora de conflitos raciais, mesmo numa cidade majoritariamente de não negros, por conta de uma atuação específica de seu pai na vida sindical e comunitária.

Eu diria assim, que eu construí essa minha identidade na minha vida familiar, porque minha família era, talvez, a única família negra, por algum tempo, nessa cidadezinha onde eu morava, casamento interracial, a minha mãe é branca, meu pai negro, e meu pai sempre teve muito presente essa consciência da questão racial, muito presente, ele foi muito ativo também, foi um ativista da luta sindical. Mais da luta sindical, ele era ferroviário, então esse universo de militância, isso era muito forte. [...] Mas, a minha identidade foi muito por conta disso, eu era uma menina negra na escola, que nunca tive problemas, e eu era a primeira da turma, eu era a que dizia poesia, eu era aquilo que a gente discute hoje na formação das crianças negras, o quanto a escola ignora, eu não vivi isso, eu não vivi isso na escola. O meu pai era presidente da associação de pais da escola, nós morávamos próximo à escola e tínhamos uma vinculação, minha família com os professores todos, as minhas irmãs mais velhas eram todas professoras, são ainda, professoras. Então, nesse universo, eu tô falando de mim, os meus irmãos viveram mais isso, essas dificuldades, a questão racial (PASSOS, JOANA DOS, 2006).

O universo de depoimentos deixa entrever que dois elementos são marcantes sobre a identidade negra em Santa Catarina: a família e a possibilidade da educação. Elementos que vão assegurar uma proteção em face aos perigos da vida social, e por assegurar melhores possibilidades de vida, numa realidade na qual se demarca uma diferença racial.

Pode-se argumentar que o fato desses interlocutores enfrentarem uma invisibilidade, como prática social em Santa Catarina, de certa forma, aguça a participação política e a identidade assumida, como instrumento de organização em torno da história e da cultura

negra, como contraponto ao processo de apagamento dessa parcela significativa no desenvolvimento do estado.

Os entrevistados foram levados às suas atividades sociais e políticas por experiências que conjugam relações pessoais e conflituosas nos seus trajetos históricos. Assim apesar das diferenças socioeconômicas, sexuais e religiosas e outras que separam as pessoas entre si, se constituiu uma compreensão de que as relações raciais atravessam o tecido social, impactando na vida, na história e na autoestima dos negros no Brasil. Conforme escreve Cunha Júnior (2006, p. 258). “A identidade é definida por uma síntese de diversos fatores sociais que fazem sentido para um determinado grupo social. Essa síntese, por sua vez, não faz sentido e não é nem compreendida por outros, externos ao grupo social. As identidades culturais têm significados diversos para os diversos grupos sociais e cumpre aos grupos sociais falar das suas identidades.”

Assim, pode-se pensar que essa síntese processual pode permitir uma melhor compreensão dos processos socioculturais, que informam esses ativistas, uma vez que a noção de identidade direciona a análise para opções, para escolhas mais ou menos conscientes dos indivíduos e dos grupos. Percebe-se que a ideia de construção de identidades aponta implicitamente para uma questão política, para a questão da legitimação social.

Com isso, o avançar da luta política e a busca de implementação das políticas públicas implementadas em diferentes momentos, em diferentes estados decorre justamente de uma pressão organizada do movimento social negro. São, portanto, o conjunto de processos organizativos, sociais e identitários que vão subsidiar uma proposição pedagógica por parte do movimento negro, a partir da ação do Núcleo de Estudos Negros, na capital catarinense.

### **Negro, Educação e pedagogia multirracial e popular**

O universo organizativo discutido anteriormente possibilita o surgimento de uma organização do movimento negro catarinense, que traduzirá as lutas, as experiências individuais e coletivas, em

uma proposição pedagógica: o Núcleo de Estudos Negros (NEN). A constituição desse processo será vista de forma panorâmica, pois o foco, até este momento, foi dar visibilidade à organização, à identidade e à luta política engendrada pela população negra catarinense, que ainda necessita de um aprofundamento maior. Desta forma, ao acompanhar-se esta trajetória evidencia-se que o processo de escolarização e as iniciativas populares são elementos fundamentais para a construção dos alicerces de uma vontade política traduzida em pedagogia.

O NEN é uma organização do movimento negro de Santa Catarina fundada em 1986 por estudantes universitários, militantes e simpatizantes da luta antirracista de Florianópolis. O NEN procurou se diferenciar de outras organizações, ao propor discutir sobre o papel das instituições públicas como reprodutoras das desigualdades raciais. Inicialmente, o NEN constituiu-se em comissões, que no desenvolvimento de suas ações tornam-se programas, tendo até 2006 três deles: Justiça e Desigualdades Raciais, cujo objetivo é atender as vítimas de violência racial, além de desenvolver a capacitação de lideranças comunitárias em direitos humanos e cidadania e operadores jurídicos na busca de instrumentos legais sobre o direito; mulheres, busca promover políticas públicas na perspectiva de gênero e raça, na implementação de ações no campo da saúde reprodutiva e sexualidade, mercado de trabalho e violência doméstica; e o Programa de Educação, que objetiva capacitar educadores na compreensão das relações raciais na sociedade e nos sistemas de ensino.

O NEN, no conjunto de seus programas e ações, afirma sua relação com os sistemas de ensino, tomando-os como campo de estudo, reflexão e intervenção. Inicialmente, as intervenções educacionais aconteciam atendendo a demandas isoladas de professores, estudantes ou escolas públicas, em momentos específicos, a exemplo das datas comemorativas, o que restringia a atuação apenas aos momentos em que se estava presente na escola. Disso decorre a necessidade de um redirecionamento do NEN para a formação dos professores.

Com isso, o NEN vai aprofundar sua reflexão sobre a educação,

considerada como um campo estratégico para a superação das desigualdades sociais. O Programa de Educação, a partir das experiências vivenciadas e das demandas suscitadas pelos sistemas de ensino e da prática pedagógica dos professores, desenvolveu seu trabalho tendo como pressuposto: a formação do educador, a inclusão de conteúdos nos currículos e a assessoria as instituições e entidades de ensino. O debate inicial sobre este processo é publicado, em 1996 na revista *Gbala* (1996)<sup>3</sup>, no texto assinado por Jeruse Romão e por nós, em que se apontava as primeiras inquietações teóricas e a definição dos respectivos eixos de intervenção na área educacional.

O exercício da formação de educadores vai se consolidando à medida que são aprovadas em algumas cidades catarinenses, leis municipais que instituem a inclusão do conteúdo “História Afro-brasileira” nos currículos das escolas municipais, da educação infantil ao ensino fundamental de Florianópolis, lei 4446/94, entre outras promulgadas em vários municípios.

Pensando em instituir um referencial no cotidiano escolar produziu-se material didático<sup>4</sup>, vídeos e a organização de uma biblioteca temática, como suporte ao ensino e aprendizagem de crianças e adolescentes, que se tornaram parte do acervo das secretarias de educação.

O final da década de 90 marca também o debate acerca da formação de professores realizada por estudiosos brasileiros, a manutenção das desigualdades raciais na escola, a produção acadêmica sobre as relações raciais e educação fazem com que o NEN invista com mais força na socialização dessas produções. Aparece a série *Pensamento Negro em Educação*<sup>5</sup>, cadernos que aprofundam em termos políticos e científicos a compreensão de um pensamento negro sobre a educação.

O NEN, de posse dessas diferentes concepções e trajetórias dos membros que compunham o programa de educação, buscou traçar os encaminhamentos que consideravam indispensáveis a formulação da pedagogia. A retomada da argumentação teórica produzida por Maria José Lopes resulta em debates internos a fim de equalizar diferentes concepções de seus membros e da organização como um todo, além de propor estratégias de socialização dos acúmulos que

foram sendo estabelecidos no processo de formação interna, para este exercício de concepção de uma proposta pedagógica.

O processo de constituição da pedagogia tornou-se um instrumento de intervenção do NEN, conduzindo o debate com os sistemas de ensino e nos processos de formação junto às redes. A pedagogia multirracial e popular se propõe a ser uma proposta pedagógica capaz de abordar a relação entre culturas, valores e as subjetividades, bem como a causa do racismo e suas consequências, do ponto de vista histórico. Neste sentido, o NEN vai afirmar em seus documentos a complexa relação entre racismo, democracia e educação. Neste sentido:

Quando o Núcleo de Estudos Negros/NEN insere a denominação Pedagogia Multirracial o termo 'Popular', compromete-se com a construção de uma escola pública que privilegia a história e as culturas das populações que constituem a sociedade brasileira, seus valores, formas de agir e sentir, onde a vida cotidiana dos grupos étnicos, raciais e culturais seja à base do conhecimento curricular. (PASSOS, 2002, p. 39).

Para finalizar, a Pedagogia Multirracial e Popular explicita, ainda, seu caráter inconcluso e dialético de permanente construção. Não porque não seja possível defini-la, ou porque ainda não esteja completamente acabada para ser utilizada, mas porque seus formuladores acreditam que uma pedagogia é isso, uma construção permanente e inacabada.

Nesta análise, pude compreender que a Pedagogia Multirracial e Popular se estrutura como um projeto político de sociedade, tendo como base o associativismo e o espírito comunitário construído no processo histórico da população negra no estado de Santa Catarina, que leva a buscar que a educação torne-se um lugar de combate ao racismo e promotor de avanços fundamentais na constituição da nação brasileira.

## Notas

\* Professor Adjunto I da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Marabá, Faculdade de Educação. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará.

<sup>1</sup> Conforme indica Ribeiro (2005, p. 104), as mesoregiões podem ser caracterizadas não apenas como pólos geoeconômicos, mas também como regiões “com características históricas, políticas, étnicas e culturais distintas”. <sup>2</sup> Ela se refere ao filme cujo título é “Ao mestre com carinho”, produzido em 1967 e dirigido por James Clavell.

<sup>3</sup> Revista da Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania, Gbalá, n 2.

<sup>4</sup> Quebra-cabeça do continente africano; fantoches de dedo de família africana, jogo chamado mancala. Vídeos: Relações raciais na escola, Retratos da África, História da África, e a série: “O que é Movimento Negro” e “O que é Capoeira”.

<sup>5</sup> Foram editados até este momento oito números, que contaram com financiamento da Fundação Ford.

## Referências

BRANCHER, Ana (Org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

GOMES, Ana Beatriz Souza; CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Educação e afrodescendência no Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

FENELON, Déa. Pesquisa em História: perspectivas e abordagens. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional** (Org). São Paulo: Cortez, 2000.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no sul do Brasil**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LIMA, Ivan Costa. **As pedagogias do Movimento Negro no Rio de Janeiro e Santa Catarina (1970-2000): implicações teóricas e políticas para a Educação brasileira**. 2009. Tese de doutorado – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

MEIHY, José C. Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

NEN. **Nação Escola: espaço de luta contra o racismo**. Florianópolis: Atilénde Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **Negros em Santa Catarina**. **Atilénde**, n 9, 2006. Florianópolis

(Série Pensamento Negro em Educação).

PASSOS, Joana Célia dos. Discutindo as relações raciais na estrutura escolar e construindo uma pedagogia multirracial e popular. In: NEN. **Multiculturalismo e a pedagogia multirracial e popular**. Florianópolis/NEN, n 8, 2002b (Série Pensamento Negro em Educação).

RIBEIRO, Edaléa Maria. **Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina: os anos 90**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Organizações voluntárias de Florianópolis: cadastro e perfil do associativismo civil**. Florianópolis: Insular, 1996.

SILVA, Joselina da. A União dos Homens de Cor: aspectos do Movimento Negro dos anos 40 e 50. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 25, n 2, 2003, p. 215-235.

SILVA, Maria J. Lopes. Pedagogia multirracial em contraposição à ideologia do branqueamento na educação. In: **As idéias racistas, os negros e a educação**. Florianópolis: NEN, n. 1, 2002 (Série Pensamento Negro em Educação).

TRAMONTE, Cristiana. **Com a bandeira de Oxalá**. Trajetórias, práticas e concepções das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis. Itajaí: UNIVALI, 2001.

## Fontes Orais

BRITO, Valmir Ari. **Entrevista concedida a Ivan Costa Lima**. Florianópolis, julho, 2006.

CERQUEIRA, Arilda Nanci. **Entrevista concedida a Ivan Costa Lima**. Florianópolis, julho, 2006.

FERMIANO, Vera Lúcia. **Entrevista concedida a Ivan Costa Lima**. Florianópolis, julho, 2006.

NOGUEIRA, João Carlos. **Entrevista concedida a Ivan Costa Lima**.

Florianópolis, agosto, 2006.

PASSOS, Joana Célia dos. **Entrevista concedida a Ivan Costa Lima.**  
Florianópolis, julho, 2006.

ROMÃO, Jeruse. **Entrevista concedida a Ivan Costa Lima.**  
Florianópolis, agosto, 2006.

## **Abstract**

The Discussions on the organization and black identity in the south of the country are part of the doctoral thesis defended at the graduate program in Brazilian Education of the Federal University of Ceará, in the line of research social movements, popular education and school. The central theme of the thesis was to reconstruct the process of constitution of pedagogies formulated by black movement in Brazil, in the city of Rio de Janeiro and Florianópolis. For this end, we discussed the formation of the Black Movement in the background necessary to the process that leads to the formation of pedagogical proposals in each one of these states, in an attempt to contextualize that education is crossed by injunctions historical, political and social, which led to the need to understand the locus, that has engendered the constitution of pedagogical propositions. From this, the focus of this article is to present part of the organizational structure of the black movement catarinense with special attention to the two connections: the movement of black women and the debate of black identity in the south of the country, a region that has as a feature an image only bound to the descendants of Europeans, generating asymmetric relations in the population of African origin. These different approaches of blacks/the catarinense served as a reference for proposition of pedagogy multiracial and popular presented by the Núcleo de Estudos Negros (NEN). The research had as a theoretical-methodological perspective socio historical, whereas the subjects, their origins and the social relations that have been established in the trajectories of life activist and intellectual. This historical overview was combined with the use of Thematic Oral History, as the opportunity to reflect on the meaning of the cultural universe and political members of this movement, and their effects on educational policies in Brazil.

**Keywords:** Black Movement catarinense. Black identity. Black and education.